

FUNDO DE PENSÕES PETROGAL

ALTERAÇÃO

DO

CONTRATO CONSTITUTIVO

- 1 de fevereiro de 2018 -

Contratantes:

Primeira:

PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Tomás da Fonseca, Torre C, com o capital social de € 516.750.000,00, matriculada na competente Conservatória do Registo Comercial com o número de matrícula e de pessoa coletiva 500.697.370;

Segunda:

CGD PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A., com sede em Lisboa, na Avenida João XXI, n.º 63 – 2.º Piso, com o capital social de € 3.000.000,00, matriculada na competente Conservatória de Registo Comercial com o número de matrícula e de pessoa coletiva 502.777.460.

Considerando que:

1. O Fundo de Pensões Petrogal (Fundo) foi constituído em 29 de dezembro de 1988, tendo o respetivo Contrato Constitutivo sido alterado em 1 de março de 1996, 1 de julho de 1997, 5 de maio de 1999, 1 de junho de 1999, 21 de outubro de 2003, 2 de dezembro de 2005 e 24 de abril de 2009;
2. O Associado pretende adaptar o Contrato Constitutivo às alterações decorrentes da entrada em vigor do Acordo de Empresa celebrado entre si e a COFESINT – Confederação de Sindicatos da Indústria Energia e Transportes e outros, e do Acordo de Empresa celebrado entre si e a FETESE – Federação dos Sindicatos da Indústria e Serviços e outros, ambos publicados no Boletim do Trabalho e do Emprego, série I, n. 23, de 22 de junho de 2014 (adiante abreviadamente designados por os “Acordos de Empresa Petrogal”) refletindo o Plano de Benefícios atualmente em vigor, definido pelos capítulos XI («Complemento de pensão de reforma por velhice ou invalidez»), XII («Complemento da pensão de sobrevivência») e XIV («Subsídio de Férias e de Natal para reformados por velhice e invalidez e titulares de pensões de sobrevivência») que integram os Títulos IV («Regalias Sociais») dos Acordos de Empresa Petrogal e a correspondente cessação da vigência do Acordo Sobre Regalias Sociais dos Trabalhadores da Petrogal, por revogação decorrente dos mesmos Acordos de Empresa Petrogal e caducidade, por efeito de denúncia, nos termos do Código do Trabalho;
3. O Associado pretende constituir um Plano de Contribuição Definida não contributivo e de meras expectativas, que será financiado pelo Fundo de Pensões Petrogal, que abrangerá os trabalhadores do Associado que, sendo Participantes do Fundo na data da presente alteração, não se encontrem abrangidos pelos Acordos de Empresa Petrogal;
4. O Associado pretende ainda adaptar o Contrato Constitutivo às alterações legislativas ao regime jurídico dos fundos de pensões, tal como consagrado no Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, na redação resultante das alterações introduzidas pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro;

A primeira contratante, enquanto Associado, e a segunda contratante enquanto Entidade Gestora, procedem à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Petrogal, o qual passa, a partir da data de assinatura do presente Contrato, a reger-se pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes, a cujo integral cumprimento reciprocamente se obrigam:

Capítulo I - OBJETIVO

Cláusula 1.^a CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

Por escritura pública de 29 de dezembro de 1988, foi constituído o fundo de pensões denominado “Fundo de Pensões Petrogal”, adiante também designado apenas por Fundo.

Cláusula 2.^a IDENTIFICAÇÃO DO ASSOCIADO

O Associado do Fundo de Pensões Petrogal é a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., empresa melhor identificada como primeira contratante do presente contrato. Adiante será também identificada apenas por Associado.

Cláusula 3.^a IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE GESTORA

A Entidade Gestora do Fundo de Pensões Petrogal é a CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., empresa melhor identificada como segunda contratante do presente contrato. Adiante será também identificada apenas por Entidade Gestora.

Cláusula 4.^a OBJETIVO

O Fundo de Pensões Petrogal tem como objetivo o pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de sobrevivência.

Capítulo II - PLANOS DE PENSÕES

Cláusula 5.^a DEFINIÇÕES

PARTICIPANTES - São Participantes os trabalhadores do Associado, incluindo os que se encontrem em situação de pré-reforma com início em data posterior à da entrada em vigor dos Acordos de Empresa, abrangidos por tais Acordos, quer em virtude de filiação nas associações sindicais outorgantes dos mesmos Acordos de Empresa, quer em resultado de adesão individual nos termos do artigo 6.º do Anexo III de tais Acordos de Empresa, que satisfaçam os requisitos das cláusulas 50.^a, 51.^a e 52.^a dos Acordos de Empresa Petrogal que se encontram reproduzidos no Anexo 1 ao presente contrato, bem como os reformados antecipadamente, em data posterior à celebração da presente alteração e ao abrigo das cláusulas 63.^a e 66.^a dos mesmos Acordos, sendo-lhes aplicável o Plano a que se refere o ponto II da Cláusula 6.^a do Contrato Constitutivo; são ainda Participantes os atuais trabalhadores do Associado, incluindo os pré-reformados em data posterior à da entrada em vigor dos Acordos de Empresa Petrogal, que não estejam abrangidos por qualquer dos Acordos de Empresa e que detivessem a qualidade de Participante à data da presente alteração do Contrato Constitutivo decorrente da entrada em vigor dos Acordos de Empresa Petrogal e cessação da vigência do Acordo Sobre Regalias Sociais dos Trabalhadores da Petrogal, sendo-lhes aplicável o Plano a que se refere o ponto I da Cláusula 6.^a do Contrato Constitutivo; são ainda Participantes os reformados antecipadamente, em data anterior à celebração da presente alteração e sendo-lhes aplicável o regime estabelecido no ponto III da Cláusula 6.^a do Contrato Constitutivo, bem como os trabalhadores que se encontrem em situação de pré-reforma acordada em data anterior à da entrada em vigor dos Acordos de Empresa, sendo-lhes aplicável o regime estabelecido no ponto IV da Cláusula 6.^a do Contrato Constitutivo; excecionam-se, em todos os casos, os trabalhadores do Associado que optem por outro plano de benefícios em vigor na empresa;

BENEFICIÁRIOS - Serão considerados Beneficiários todas as pessoas singulares às quais estejam a ser pagas pelo Fundo prestações pecuniárias à data da celebração da presente alteração, bem como as pessoas singulares às quais venha a ser atribuído o pagamento de prestações pecuniárias a cargo do Fundo ao abrigo dos Planos de Pensões adiante definidos;

DATA NORMAL DE REFORMA - Significará o dia imediatamente após o dia em que for concedida a reforma pela Segurança Social;

SALÁRIO PENSIONÁVEL - Corresponde à Base de Cálculo, tal como definida na cláusula 53.^a dos Acordos de Empresa Petrogal.

Cláusula 6.^a PLANOS DE BENEFÍCIOS

- I. Plano de Contribuição Definida: sem prejuízo do estabelecido no número III. e no número IV. da presente Cláusula, os Participantes existentes na data da celebração da presente alteração que não se encontrem abrangidos pelos Acordos de Empresa

Petrogal serão abrangidos por um Plano de Contribuição Definida não contributivo e de meras expectativas, com as seguintes características (adiante designado apenas por “Plano CD”):

- a) Na data da celebração da presente alteração será criada, para cada um destes Participantes, uma “Conta de Valor Acumulado”, individual e nominativa, à qual ficará afeto o montante correspondente máximo entre o valor das responsabilidades por serviços passados calculadas de acordo com cenário de financiamento e o valor das responsabilidades por serviços passados calculadas de acordo com o cenário de mínimo de solvência, nos termos definidos no normativo em vigor, apuradas de acordo com o Plano de Benefícios que se encontrava previsto no anterior Acordo Sobre Regalias Sociais dos Trabalhadores da Petrogal que deixou de vigorar e tendo por base os pressupostos e metodologia utilizados no Relatório do Atuário Responsável de 2016;
- b) Não existirá qualquer outra contribuição a favor destes Participantes;
- c) Caso algum destes Participantes passe a estar abrangido pelos Acordos de Empresa Petrogal, deixará de ser Participante do presente Plano CD e passará a ser Participante do Plano de Benefício Definido descrito no ponto II da presente cláusula, com efeitos a partir dessa data e relevando todo o tempo de serviço prestado ao Associado, sendo o valor da sua Conta de Valor Acumulado no Plano CD transferido para a Conta BD afeta ao Plano de Benefício Definido;
- d) Caso o vínculo laboral de algum destes Participantes com a Petrogal venha a cessar por motivo que não seja a reforma por velhice, invalidez ou morte, conforme estes termos se encontram definidos nas alíneas seguintes, perderá a expectativa de vir a obter qualquer benefício ao abrigo do Plano CD, sendo o valor da sua Conta de Valor Acumulado no Plano CD transferido para a Conta BD afeta ao Plano de Benefício Definido;
- e) Em caso de reforma por velhice do Participante obtida junto da Segurança Social (tanto na idade normal de reforma, como antes ou após essa idade), ocorrida ao serviço da Petrogal, ou em caso de reforma por invalidez de trabalhadores no seguimento de decisão da Junta Médica de Segurança Social que considere verificada a situação de invalidez e cumpridas as demais condições previstas na legislação de Segurança Social, o mesmo Participante adquire o direito à utilização do saldo existente na sua Conta de Valor Acumulado para a aquisição de um seguro de renda vitalícia a seu favor, sem prejuízo da possibilidade de remição total em capital do referido saldo, mediante acordo entre a Entidade Gestora, o Associado e o Beneficiário, nos casos previstos na lei. Em caso de opção por uma renda reversível a favor de terceiro em caso de morte do Participante, este terá de corresponder a uma das seguintes pessoas: cônjuge sobrevivente ou pessoa que se encontre em união de fato com o trabalhador, os filhos do trabalhador e outros Beneficiários, nos termos e condições estabelecidos pelo regime da Segurança Social;
- f) Em caso de morte de um Participante ainda no ativo, o saldo da sua Conta de Valor Acumulado será dividido pelos Beneficiários referidos na alínea anterior, ou seja, cônjuge sobrevivente ou pessoa que se encontre em união de fato com o trabalhador, os filhos do trabalhador e outros Beneficiários, nos termos e condições estabelecidos pelo regime da Segurança Social, de forma proporcional ao valor da pensão de sobrevivência a cargo da Segurança Social recebida por cada um, devendo tal montante ser utilizado para a aquisição de

um seguro de renda vitalícia a seu favor, ou para os casos de pensões de orfandade, um seguro de renda temporária, sem prejuízo da possibilidade de remição total em capital do referido saldo, mediante acordo entre a Entidade Gestora, o Associado e o(s) Beneficiário(s), nos casos previstos na lei. Na falta de terceiros elegíveis, o valor da sua Conta de Valor Acumulado no Plano CD será transferido para a Conta BD afeta ao Plano de Benefício Definido;

II. Plano de Benefício Definido: os Participantes existentes na data da celebração da presente alteração e que se encontrem abrangidos pelos Acordos de Empresa Petrogal são abrangidos pelo Plano de Benefícios definido nos capítulos XI («Complemento da pensão de reforma por velhice ou invalidez», incluindo igualmente o complemento de reforma por velhice a que se reporta a cláusula 68.^a), XIII («Complemento da pensão de sobrevivência») e XIV («Subsídio de férias e de Natal para reformados por velhice e invalidez e titulares de pensões de sobrevivência») que integram os Títulos IV («Regalias Sociais») dos Acordos de Empresa Petrogal, que se encontram reproduzidos no Anexo 1 ao presente contrato, com expressa exclusão das Cláusulas 61.^a do Capítulo XI e 72.^a do Capítulo XIII e com as ressalvas e alterações da cláusula 57.^a dos Acordos de Empresa Petrogal (adiante designado apenas por “Plano BD”):

a) *Para efeitos do cálculo da pensão da Segurança Social mencionada nas Cláusulas 50.^a, n.º 4, dos Acordos de Empresa Petrogal, reproduzidas no Anexo 1, é considerado apenas o período de tempo em que tenha havido contribuições ao serviço do Associado;*

b) *Qualquer outro Plano de Benefícios que venha a ser negociado deverá observar sempre o disposto nas cláusulas 59.^a dos Acordos de Empresa Petrogal.*

III. No caso dos Participantes que se encontrem em situação de reforma antecipada nos termos da regulamentação coletiva de trabalho em vigor em cada momento, o complemento de pensão a cargo do Fundo a atribuir no momento em que lhes vier a ser efetivamente concedida a reforma por velhice pela Segurança Social será o decorrente do Plano identificado na Cláusula 6.^a do Contrato Constitutivo vigente à data da sua passagem a situação de reforma antecipada.

IV. No caso dos Participantes que se encontrem em situação de pré-reforma, acordada em data anterior à da entrada em vigor dos Acordos de Empresa o complemento de pensão a cargo do Fundo a atribuir no momento em que lhes vier a ser efetivamente concedida a reforma por velhice pela Segurança Social será o decorrente do Plano identificado na Cláusula 6.^a do Contrato Constitutivo vigente até à data da presente alteração.

Cláusula 7.^a

CÁLCULO DA PENSÃO DA SEGURANÇA SOCIAL

Para efeitos do Plano BD o cálculo da pensão atribuída pela Segurança Social far-se-á de acordo com as regras oficialmente em vigor no dia 31 de dezembro de 1993.



Cláusula 8.^a
FORMA DE PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS

Os benefícios decorrentes do Plano CD identificado no ponto I. da Cláusula 6.^a a auferir sob a forma de prestações periódicas serão pagos através da subscrição de seguros de renda adquiridos pelo Fundo a favor dos respetivos Beneficiários.

Os pagamentos das remições em capital permitidas nos termos do Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro relativos ao Plano CD, bem como os benefícios decorrentes do Plano BD identificado no ponto II. da Cláusula 6.^a, são pagos diretamente pelo Fundo.

Capítulo III - FUNCIONAMENTO

Cláusula 9.^a
DURAÇÃO

O Fundo constituído durará por tempo indeterminado.

Cláusula 10.^a
PATRIMÓNIO

1. O Fundo de Pensões Petrogal foi constituído em 29 de dezembro de 1988 com o património inicial de 55.000.000\$00 (cinquenta e cinco milhões de escudos), correspondentes a € 274.338,84 (duzentos e setenta e quatro mil trezentos e trinta e oito euros e oitenta e quatro centavos).
2. O valor integral do Fundo de Pensões Petrogal passou, em 24 de abril de 2009, a ser formalmente gerido pela Entidade Gestora.
3. Na data da assinatura da presente alteração, o Fundo passa a ser representado por unidades de participação, as quais poderão ser inteiras ou fracionadas.
4. À data da assinatura da presente alteração, o valor unitário da unidade de participação do Fundo é de € 5.
5. A subscrição de unidades de participação não dá lugar à emissão de títulos representativos, operando-se em sua substituição um registo informático de unidades desmaterializadas.
6. O registo informático de unidades desmaterializadas incluirá a abertura, junto da Entidade Gestora, de contas individuais – Contas de Valor Acumulado – respeitantes à posição afeta a cada Participante do Plano CD, devidamente identificadas, das quais constará o número total de unidades de participação detidas e os montantes e os valores das unidades de participação subscritas.
Será igualmente constituída uma conta, designada Conta BD, para o registo das unidades de participação do património afeto ao financiamento do Plano BD.

7. O valor da unidade de participação evolui, em cada momento, em função do valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pelo que pode aumentar ou diminuir.
8. O valor de cada unidade de participação obtém-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é calculado adicionando ao valor dos ativos financeiros, valorizados de acordo com as normas legalmente estabelecidas, todos os créditos perante o Fundo e deduzindo as eventuais responsabilidades já vencidas e não pagas e o montante das comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
9. A subscrição de unidades de participação do Fundo será efetuada ao último valor da respetiva unidade de participação conhecido na data de subscrição.
10. O número de unidades de participação subscritas resulta do quociente entre o valor da contribuição efetuada e o valor da unidade de participação descrito no ponto anterior, com cinco casas decimais.

Cláusula 11.^a
FINANCIAMENTO

1. O financiamento dos Planos de Pensões fica totalmente a cargo do Associado, não existindo contribuições dos Participantes.
2. O Fundo de Pensões Petrogal é alimentado pela entrega pelo Associado de contribuições periódicas e extraordinárias, pela totalidade do rendimento líquido dos valores investidos, bem como pela mais-valia realizada na alienação ou reembolso do seu património e por outras receitas de qualquer natureza ou proveniência que, nos termos legais e contratuais, possam ou devam ficar adstritas ao património do Fundo.
3. Dadas as características dos Planos de Pensões, as contribuições que vierem a ser realizadas a partir da data da presente alteração ficarão integralmente afetas ao Plano BD.

Cláusula 12.^a
INVESTIMENTO

1. Os valores recebidos pela Entidade Gestora serão investidos de acordo com a legislação em vigor e com o estipulado no contrato de gestão do Fundo em matéria de Política de Investimento, tendo sempre presentes os objetivos da maior rentabilidade e de segurança dos investimentos.
2. Não é estabelecida qualquer garantia de capital ou de rendimento, quer suportada pelas partes contratantes, quer por terceiros.

Cláusula 13.^a
ENCARGOS

1. Os valores despendidos na aquisição de seguros de renda e os valores remidos em capital, no âmbito do Plano CD, bem como os complementos das pensões de reforma por velhice ou invalidez e as pensões de sobrevivência, no âmbito do Plano BD, serão pagos pela Entidade Gestora e por esta debitados ao Fundo.
2. Serão ainda debitados ao Fundo pela Entidade Gestora todas as taxas, contribuições e impostos, bem como todos os custos e comissões que incidam sobre os valores que integrem a carteira do Fundo ou sejam inerentes aos movimentos efetuados sobre esses valores.

Cláusula 14.^a
COMISSÕES DE GESTÃO E DE DEPOSITÁRIO

As comissões de gestão e de depositário serão calculadas e cobradas nos termos estabelecidos no Contrato de Gestão do Fundo.

Cláusula 15.^a
ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

O Fundo será gerido nos termos previstos no Contrato de Gestão celebrado entre a Entidade Gestora e o Associado, devendo a Entidade Gestora prosseguir sempre objetivos de rentabilidade e de segurança e assegurar o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Cláusula 16.^a
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

- 1 - O cumprimento dos Planos de Pensões e a gestão do Fundo de Pensões são acompanhados por uma Comissão de Acompanhamento (CAPP) constituída nos termos da legislação em vigor e do Regulamento de Constituição e Funcionamento que constitui o Anexo 2 ao presente contrato e que dele faz parte integrante.
- 2 - Sem prejuízo da CAPP já constituída, a obrigatoriedade da sua existência verifica-se quando os Planos de Pensões contem com mais de cem membros (participantes e/ou beneficiários), devendo, então, a Entidade Gestora dar cumprimento à obrigação de informar os Participantes e Beneficiários prevista no Artigo 8.º do Anexo 2 referido no número anterior.
- 3 - O mandato da CAPP que estiver em vigor não se interrompe pelo facto de, após a data da eleição/designação dos seus membros, os Planos de Pensões terem passado a abranger menos de cem membros. Nesse caso, contudo, terminado o mandato dos membros da CAPP em curso, a CAPP extingue-se, não se procedendo a eleição/designação de novos membros para aquela comissão até que aquele requisito legal seja novamente preenchido. Quando os planos a que a CAPP se refere voltarem

a abranger pelo menos cem membros aplicar-se-á de novo o regime previsto nos números anteriores.

Cláusula 17.^a
EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES

O Fundo de Pensões Petrogal poderá, como investimento dos seus ativos, conceder empréstimos aos Participantes, sob forma de mútuo, nos termos de regulamento interno que vier a ser aprovado pelo Associado, cujas bases, porém, constam do Contrato de Gestão do Fundo, observando sempre o estatuído na legislação em vigor, nomeadamente, quanto aos limites legais permitidos para o efeito.

Cláusula 18.^a
MUDANÇA DE ENTIDADE GESTORA

1. Dentro dos limites da legislação em vigor, o Associado tem o direito de transferir, em qualquer data, a gestão do Fundo ou de quota-parte do mesmo para outra(s) Entidade(s) Gestora(s), mediante um aviso prévio de 90 dias, através de carta registada com aviso de receção.
2. Todos os valores que constituam o património dessa parte do Fundo serão transferidos para a gestão de outra(s) Entidade(s) Gestora(s), escolhida(s) pelo Associado, após notificação da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.
3. No caso da transferência referida nos números anteriores da presente Cláusula ter como destino outro fundo de pensões fechado ou adesões coletivas a fundos de pensões abertos, tal transferência terá que ser formalizada mediante a celebração de um contrato de extinção entre o Associado e a Entidade Gestora, estando sujeita a autorização prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.
3. Serão da conta do Associado todas as despesas ocasionadas pela transferência da gestão dessa parte do Fundo.

Cláusula 19.^a
MUDANÇA DA ENTIDADE DEPOSITÁRIA

A mudança da(s) Entidade(s) Depositária(s) do Fundo só poderá ocorrer mediante o acordo prévio do Associado, podendo nesse caso a Entidade Gestora alterar a(s) Instituição(ões) Depositária(s) dos valores do Fundo, obrigando-se no entanto a comunicar tal transferência e as respetivas condições contratuais à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Cláusula 20.^a

TRANSFERÊNCIA DE VALORES PARA OUTROS FUNDOS DE PENSÕES

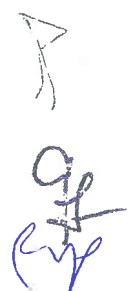
1. Poderá ser transferido para outro fundo de pensões do qual o Associado do Fundo de Pensões Petrogal também seja associado, o montante correspondente ao valor das responsabilidades por serviços passados referente à reforma por velhice ou invalidez e pensão de sobrevivência e desde que as condições previstas no respetivo contrato constitutivo do fundo de destino não alterem o regime fiscal aplicável às contribuições que determinaram os valores a transferir.
2. A transferência será efetuada por instrução do Associado, mediante prévia solicitação do Participante e poderá efetuar-se em dinheiro ou quaisquer outros ativos que integrem o património do Fundo.
3. A pedido do Participante ser-lhe-á informado por intermédio do Associado o valor que poderá ser transferido.
4. A transferência poderá ser solicitada pelo Participante ao Associado dentro dos prazos que venham a ser estipulados por este último para todos os Participantes e efetuar-se-á por uma única vez e pelo valor total que resultar dos termos previstos no número um. Em consequência, não serão permitidas transferências de valores parciais. Após a concretização da transferência, a mesma torna-se definitiva e irreversível.
5. Após a transferência, os empregados do Associado em causa deixam de ser Participantes do Fundo de Pensões Petrogal.
6. Os valores e demais condições da transferência necessárias serão sujeitos a autorização prévia pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, sob proposta do Associado e das entidades gestoras do Fundo de Pensões Petrogal e do fundo de pensões de destino.

Cláusula 21.^a

ALTERAÇÃO ÀS CLÁUSULAS

O Associado e a Entidade Gestora têm o direito de alterar as cláusulas do Contrato Constitutivo do Fundo através de novo contrato, o qual fica limitado às seguintes condições:

1. Nenhuma alteração pode reduzir os valores das pensões em pagamento pelo Fundo à data da alteração, nem reduzir os direitos adquiridos.
2. Nenhuma alteração poderá implicar, de alguma forma, tratamento mais oneroso para o Fundo, salvo acordo expresso do Associado, sendo efetuadas para o Fundo, se for caso disso, as respetivas contribuições extraordinárias.
3. As alterações de associados, bem como as alterações que incidam sobre os elementos previstos nas alíneas e), g), h), i), l), o), p) e r) do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 147/2015,



de 9 de setembro, carecem de prévia aprovação da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Cláusula 22.^a
DISSOLUÇÃO DO FUNDO

1. O Fundo ou qualquer das suas quotas-partes dissolve-se nos casos seguintes:
 - a) Pela realização do seu objeto ou por este se tornar impossível;
 - b) Por acordo entre os Associados, os Participantes e os Beneficiários do Fundo se, atentos os condicionalismos envolventes de ordem jurídica, social e económica, tal for contratual e legalmente possível;
 - c) Na falta significativa de prestação de meios financeiros que determine a impossibilidade do Fundo garantir o cumprimento das respetivas obrigações, nomeadamente em caso de incumprimento dos requisitos legais de financiamento do Plano BD;
 - d) Nos casos especialmente previstos na Lei.
2. A dissolução do Fundo ou de qualquer das suas quotas-partes obedecerá às formalidades legalmente previstas.

Cláusula 23.^a
REGRAS DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

1. Na liquidação do Fundo ou de qualquer das suas quotas-partes e, após o pagamento de todas as despesas devidas, os direitos dos Participantes e Beneficiários deverão ser assegurados, até ao limite da capacidade financeira do Fundo ou da quota-parte em causa, da forma e pela ordem de preferência seguinte:
 - a) Quota-parte afeta ao Plano CD:
 - i. Aquisição, junto de uma seguradora, de rendas vitalícias imediatas a favor dos Participantes do Plano CD que tenham idade igual ou superior à Idade Normal de Reforma do regime geral da Segurança Social ou outro regime de previdência equiparável por que os Participantes estejam abrangidos, constituindo o saldo da respetiva Conta de Valor Acumulado no Fundo o prémio único do seguro a adquirir, sem prejuízo da possibilidade de remição total em capital do referido saldo, mediante acordo entre a Entidade Gestora, o Associado e o Beneficiário, nos casos previstos na lei;
 - ii. Transferência do saldo da Conta de Valor Acumulado de cada um dos demais Participantes para um outro fundo de pensões que cumpra as condições e características fiscais do Fundo, devendo aí ficar afeto a uma conta individual em seu nome e devendo sempre que necessário e justificado em função do tratamento fiscal ou outro concedido às

contribuições, ficar os montantes transferidos sujeitos às condições de acesso aos benefícios e respectivas formas de pagamento previstas no plano de pensões de origem, dependendo a efetivação da transferência da aceitação expressa daquelas condições pela entidade gestora do fundo de pensões de destino.

b) Quota-parte afeta ao Plano BD:

- i. A continuidade do pagamento das pensões de velhice, invalidez e sobrevivência em curso mediante a aquisição, junto de uma seguradora, de rendas vitalícias ou temporárias imediatas, de acordo, em cada caso, com o garantido à data de liquidação do Fundo;
 - ii. O pagamento das pensões de reforma a atribuir a eventuais Participantes do Plano BD que, à data de liquidação do fundo, tenham idade superior à idade normal de reforma estabelecida para o Regime Geral da Segurança Social. Este pagamento será de igual modo assegurado pela aquisição, junto de uma seguradora, de rendas vitalícias imediatas;
 - iii. A transferência dos montantes correspondentes às pensões em formação, a atribuir aos Participantes que ainda não tenham atingido a idade normal de reforma estabelecida para o Regime Geral da Segurança Social para outro fundo de pensões escolhido nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 31.º do Decreto-lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro; sempre que necessário e justificado em função do tratamento fiscal ou outro concedido às contribuições, os montantes transferidos devem ficar sujeitos às condições de acesso aos benefícios e respectivas formas de pagamento previstas no plano de pensões de origem, dependendo a efetivação da transferência da aceitação expressa daquelas condições pela entidade gestora do fundo de pensões de destino;
 - iv. Nos casos das pensões referidas na anterior subalínea i., a reversibilidade das respetivas rendas para o cônjuge sobrevivente e filhos menores, se aplicável, em caso de falecimento do reformado;
 - v. Nos casos das pensões referidas na anterior subalínea ii., a reversibilidade das respetivas rendas para o cônjuge sobrevivente e filhos menores, se existirem, em caso de falecimento do Participante;
 - vi. Em caso de insuficiência financeira, o património do Fundo afeto ao Plano BD responderá, preferencialmente pelas responsabilidades enunciadas e pela ordem das alíneas anteriores com recurso a rateio proporcional às respetivas responsabilidades naquela em que for necessário.
2. Para efeitos do estabelecido na subalínea ii. da alínea a) e da subalínea iii. da alínea b) do número anterior, os Participantes serão notificados individualmente pela Entidade Gestora, num prazo máximo de 30 dias a contar da formalização do contrato de extinção ou da resolução unilateral, prorrogável mediante decisão da ASF, sobre os montantes a que têm direito, para efeitos de transferência dos mesmos para outro fundo de pensões. O fundo de pensões de destino deverá ser designado

por escrito pelos Participantes, em formulário específico, num prazo de 45 dias a contar da data da notificação que lhe será enviada, para o efeito, pela Entidade Gestora. No entanto, caso não seja designado qualquer fundo de pensões dentro daquele prazo, a transferência será efetuada para uma adesão individual a um fundo de pensões aberto selecionado conjuntamente entre a Entidade Gestora e o Associado.

3. As pensões pagas ao abrigo da alínea b) do anterior n.º 1. não serão atualizadas, salvo se, no âmbito do Fundo Autónomo de Rendas Vitalícias provenientes dos Fundos de Pensões existente na seguradora, houver lugar à distribuição de *participação nos resultados* que dará direito à atualização das pensões.
4. Se, após estarem assegurados os direitos referidos nos números anteriores existir algum valor remanescente do Fundo, este será utilizado para a garantir a atualização das respetivas prestações conforme previsto no Plano BD, e, caso venha depois a remanescer ainda algum valor, para melhorar as pensões decorrentes desse mesmo Plano.

Cláusula 24.^a

TRANSFORMAÇÃO OU TRANSMISSÃO DO ESTABELECIMENTO DO ASSOCIADO

1. Em caso de transformação do Associado noutra pessoa coletiva ou da transmissão, a qualquer título, para outra ou outras entidades, da totalidade ou de parte do seu estabelecimento, o(s) transmissário(s) deverá(ão) garantir a manutenção do Fundo, em ordem a assegurar aos Participantes e Beneficiários do Associado os direitos previstos no presente contrato, em conformidade com o estipulado no artigo 37º do Decreto-Lei 49408/69, de 24 de novembro.
2. A transformação ou transmissão de estabelecimento do Associado deve ser comunicada à Entidade Gestora com 90 dias de antecedência, devendo, dentro desse prazo, negociar-se com a(s) nova(s) entidade(s) que suceda(m) ao Associado os ajustamentos que se revelem necessários para assegurar a manutenção do Fundo, nos termos deste contrato.

Cláusula 25.^a

EXTINÇÃO DO ASSOCIADO

Em caso de extinção do Associado, que não resulte da sua transformação noutra pessoa coletiva ou na transmissão do seu estabelecimento, o património afeto ao Fundo responde exclusivamente pela responsabilidade com os benefícios garantidos ao abrigo dos Planos de Pensões previstos neste Contrato, segundo as normas legais da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões em vigor, e será liquidado pela forma referida na cláusula 23.^a.

Cláusula 26.^a
EXTINÇÃO DA ENTIDADE GESTORA

Se a Entidade Gestora cessar a atividade, deverá comunicar tal facto ao Associado com um aviso prévio de 90 dias, o qual procederá à transferência da gestão do Fundo para outra ou outras entidades habilitadas, mediante prévia autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Cláusula 27.^a
REPRESENTAÇÃO DO ASSOCIADO

O Associado será representado pelo Conselho de Administração da PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL, S.A., ou por pessoa, ou pessoas, com delegação de poderes atribuída por este órgão.

Capítulo IV - ARBITRAGEM

Cláusula 28.^a
RECURSO A ARBITRAGEM

Os diferendos surgidos entre as partes titulares das relações jurídicas emergentes do presente contrato, quer de natureza contenciosa em sentido estrito, quer de qualquer outra natureza, designadamente relacionadas com a interpretação, integração e execução das respetivas disposições, incluindo a sua atualização ou revisão, serão dirimidos por recurso a arbitragem, de acordo com a convenção seguinte.

Cláusula 29.^a
TRIBUNAL ARBITRAL

1. O Tribunal Arbitral será constituído por três árbitros, sendo nomeados um por cada uma das partes contratantes e competindo aos dois árbitros designarem por acordo um terceiro, que presidirá.
2. Caso não seja alcançado acordo quanto à designação do presidente, será o mesmo escolhido pelo tribunal estadual competente, nos termos que resultam do disposto no artigo 59.º da Lei n.º 63/2011, de 14 de dezembro (Lei da Arbitragem Voluntária).
3. O número de árbitros poderá ser aumentado para tantos quantas as partes em litígio, além do Presidente.

Cláusula 30.^a
REGRAS DO PROCESSO ARBITRAL

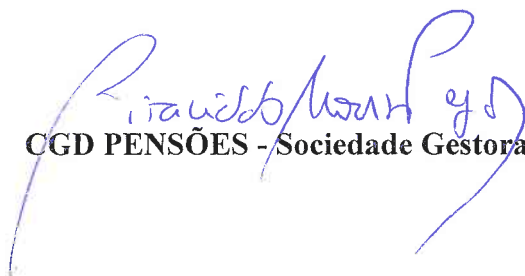
1. As regras do processo arbitral e o lugar de funcionamento do tribunal competem aos árbitros, tomados em consideração o valor e a complexidade das causas que lhes sejam submetidas.

2. São aplicáveis à presente convenção de arbitragem as disposições supletivas da lei em vigor no tempo em que o tribunal arbitral for constituído.

Lisboa, 1 de fevereiro de 2018

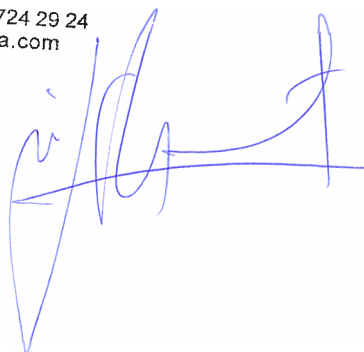


Petróleos de Portugal - PETROGAL, S.A.



CGD PENSÕES - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA

JOÃO PEDRO HONORATO
ADVOGADO
NIF. 209 241 322 Céd. Prof. 20303L
R. Tomás da Fonseca, Torre A, 13º Andar
1600-209 LISBOA
Tel.. 21 724 07 26 Fax. 21 724 29 24
e-mail: jhonorato@galpenergia.com



CONTRATO CONSTITUTIVO DO FUNDO DE PENSÕES PETROGAL

ANEXO 1

Capítulos XI («Complementos da pensão de reforma por velhice ou invalidez»), XIII («Complemento da pensão de sobrevivência») e XIV («Subsídio de férias e de Natal para reformados por velhice e invalidez e titulares de pensões de sobrevivência») dos Títulos IV («Regalias Sociais») dos Acordos de Empresa PETROGAL

CAPÍTULO XI

COMPLEMENTOS DA PENSÃO DE REFORMA POR VELHICE OU INVALIDEZ

Cláusula 49.^a Âmbito

Os complementos da pensão de reforma previstos nas cláusulas seguintes aplicam-se exclusivamente aos trabalhadores que beneficiem do regime do plano de pensões de benefício definido, não abrangendo, por conseguinte, os trabalhadores integrados no regime do plano de pensões de contribuição definida.

Cláusula 50.^a Direito aos complementos da pensão de reforma

1. Têm direito ao complemento da pensão de reforma os trabalhadores com dois ou mais anos completos de serviço na Empresa e que, mantendo-se vinculados a ela, satisfaçam as condições previstas nas cláusulas 51.^a e 52.^a seguintes.
2. Independentemente do tempo de serviço na Empresa, têm direito ao complemento da pensão de reforma os trabalhadores vinculados por contrato de trabalho, vítimas de acidente de trabalho ou de doença profissional que determine a sua invalidez.
3. A Empresa pagará aos trabalhadores um complemento da pensão de reforma que recebam da Segurança Social.
4. O complemento corresponderá à diferença entre a importância apurada nos termos das cláusulas 53.^a e 54.^a e a importância da pensão que seria atribuída pela Segurança Social de acordo com as regras oficialmente em vigor até 31 de dezembro de 1993.

5. Nos casos previstos no número 2 da cláusula 51.^a, o complemento referido no número 4 será reduzido pela aplicação de um fator de redução determinado pela fórmula $1-x$, em que x é igual à taxa global de redução.
6. A taxa global de redução é o produto do fator de redução previsto nas regras gerais da Segurança Social, em vigor à data passagem à reforma, atinentes à flexibilização da idade de reforma por velhice, pelo número de anos de antecipação relativamente à idade normal de acesso à pensão por velhice da Segurança Social.

Cláusula 51.^a

Direito ao complemento da pensão de reforma por velhice

1. Têm direito ao complemento da pensão reforma por velhice os trabalhadores que tendo atingido a idade em que a podem requerer à Segurança Social, e cumprindo as demais condições previstas na legislação de Segurança Social, a obtenham.
2. Porém, aos trabalhadores que, mantendo-se vinculados à Empresa, requeiram e obtenham da Segurança Social a concessão de pensão por velhice em idade inferior à idade normal de acesso à pensão por velhice da Segurança Social, aplicar-se-á o disposto nos números 5 e 6 da cláusula 50.^a.

Cláusula 52.^a

Direito ao complemento da pensão de reforma por invalidez

Têm direito ao complemento da pensão de reforma por invalidez os trabalhadores que, por decisão da Junta Médica de Segurança Social, sejam considerados em situação de invalidez e cumpram as demais condições previstas na legislação de Segurança Social.

Cláusula 53.^a

Base de cálculo

1. A base de cálculo da pensão de reforma é o duodécimo da retribuição ilíquida anual média dos últimos 5 anos.
2. Para a determinação da retribuição ilíquida serão considerados o vencimento base mensal, o prémio de assiduidade, o subsídio de férias, o subsídio de Natal, o subsídio de turnos e o subsídio de custo de vida.

Cláusula 54.^a

Cálculo

1. Sem prejuízo do disposto no número 4 da cláusula 50.^a, o cálculo da pensão de reforma é feito mediante a aplicação das taxas a seguir definidas por cada ano completo de serviço prestado pelo trabalhador:

- a) Nos primeiros 15 anos - 3%;
 - b) Nos 15 anos imediatos - 2%;
 - c) Nos anos que excedam 30 anos de serviço - 1%.
- 2. Da aplicação do número anterior não pode resultar uma taxa superior a 80%.
 - 3. A fração do último ano contará sempre como ano completo.
 - 4. O valor do complemento da pensão será arredondado para o euro superior.

Cláusula 55.^a

Limites dos valores da pensão e complemento de reforma

- 1. Verificando-se a atribuição da pensão de reforma pela Segurança Social, o valor do complemento da pensão será o necessário para garantir que o valor da pensão total de reforma não é inferior ao maior que resultar da aplicação das alíneas seguintes:
 - a) Retribuição mínima mensal garantida que vigorar;
 - b) 50% da remuneração mensal ilíquida que tenha sido computada na base de cálculo da pensão.
- 2. Em qualquer dos casos previstos no número anterior o valor do complemento mensal a pagar pela Empresa não pode ser inferior a 100 Euros nem superior a 2.000 Euros.

Cláusula 56.^a

Elementos para o cálculo das pensões

Os elementos necessários ao cálculo das pensões, tais como a data de admissão dos trabalhadores, o tempo de serviço e as remunerações respetivas, são as que constam dos registos da Empresa.

Cláusula 57.^a

Dedução de pensões da Segurança Social

- 1. Serão deduzidas do valor das pensões atribuídas nos termos deste Capítulo todas as pensões de reforma concedidas, ou que o venham a ser, pela Segurança Social, na parte correspondente ao período de tempo em que a Empresa tenha contribuído para a formação delas.
- 2. Nos casos em que não seja possível à instituição da Segurança Social prestar os elementos necessários ao cálculo das deduções previstas nesta cláusula, cumpre ao interessado fazer a prova deles.
- 3. Verificando-se que o reformado não entregou à Empresa, no prazo de 10 dias, o valor das pensões que tenham sido diretamente pagas pela Segurança Social, a

Empresa poderá interromper a atribuição do complemento a seu cargo, até perfazer o valor retido, com acréscimo dos juros de mora legais.

4. Caso a Empresa deixe de operar como entidade centralizadora do pagamento das pensões de reforma, apenas estará obrigada a pagar ao trabalhador o valor do complemento de pensão que se mostra devido nos termos do presente Capítulo.

Cláusula 58.^a

Atualização dos complementos de pensões

1. Os complementos das pensões de reforma serão atualizados, nos termos dos números seguintes, sempre que entre em vigor um acordo de revisão das tabelas salariais aplicáveis na Empresa.
2. A atualização dos complementos de pensões será feita de acordo com a fórmula

$$ACP = A \times CP$$

em que ACP correspondente ao aumento do complemento, A ao aumento percentual verificado no nível salarial a que pertencia a categoria do trabalhador e CP ao valor do complemento a atualizar.

3. Só haverá lugar à atualização se e enquanto o montante total da pensão for inferior em 3% à retribuição mínima do nível salarial a que o trabalhador pertencia à data da reforma, acrescido do valor das anuidades e do subsídio de turnos e deduzidos o imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e a contribuição para a Segurança Social.
4. Para os efeitos do número 3 desta cláusula, o valor da anuidade será o que, à data da atualização, corresponda à antiguidade que o trabalhador tinha no momento da reforma, e o valor do subsídio de turnos o que estiver fixado na data da atualização para a modalidade de turnos em que o trabalhador se encontrava no momento da reforma.
5. A atualização dos complementos de pensões produzirá efeitos na data em que se torne eficaz a tabela salarial revista, e será processada até ao termo do mês seguinte ao da entrada em vigor da mesma tabela.

Cláusula 59.^a

Melhoria das pensões

Reverterão para o beneficiário todas as melhorias da pensão total que resultem da atualização da pensão atribuída pela Segurança Social.

Cláusula 60.^a

Acumulação com pensão por doença profissional ou acidente de trabalho

No cálculo do complemento da pensão de reforma por invalidez não será considerada a pensão que, a título de reparação, venha a ser atribuída pela Segurança Social ou pela entidade seguradora, nos casos de incapacidade resultante de doença profissional ou acidente de trabalho, respetivamente.

Cláusula 61.^a

Compensação de reforma

1. Ao trabalhador que requeira a reforma nas condições expressas na cláusula 51.^a, a Empresa concederá uma importância correspondente a três meses de retribuição, a processar à data da passagem àquela situação, a título de compensação pela cessação do contrato de trabalho.
2. A compensação só será atribuída se o trabalhador tiver, até um ano antes de perfazer a idade a que se refere a cláusula 51.^a, subscrito acordo de cessação do contrato de trabalho na data em que complete essa idade.
3. A compensação fixada nesta cláusula só é devida no momento em que, por efeito do acordo referido no número anterior, cesse o contrato individual de trabalho.

Cláusula 62.^a

Retardamento do pedido de reforma

O complemento de pensão calculado nos termos do número 4 da cláusula 50.^a sofrerá uma redução de 7% por cada período de 12 meses que decorra entre a data em que o trabalhador complete a idade legal para a passagem à reforma e a da apresentação do respetivo pedido à Segurança Social.

CAPÍTULO XII

(...)

Cláusula 68.^a

Conversão da pensão de reforma antecipada em reforma por velhice

1- No momento da efetiva concessão da reforma pela segurança social, o valor do complemento de reforma por velhice do trabalhador será igual à diferença entre a importância da pensão de reforma antecipada que estiver a ser paga e a importância da pensão atribuída pela Segurança Social na parte correspondente ao período de tempo em que a Empresa tenha contribuído para a sua formação.

2- Aos trabalhadores que passem ao regime de reforma antecipada após 31 de dezembro de 2015, o valor do complemento de reforma por velhice referido no número anterior, não poderá ser superior ao valor inicial do complemento apurado aquando da atribuição da reforma antecipada, atualizado pela aplicação das percentagens dos aumentos gerais



anuais ocorridos na Empresa, para o nível do colaborador, desde o início da atribuição da pensão de reforma antecipada até à atribuição da pensão de velhice.

3- O disposto nos números anteriores não se aplica aos trabalhadores integrados no regime do plano de pensões de contribuição definida.

CAPÍTULO XIII

COMPLEMENTO DA PENSÃO DE SOBREVIVÊNCIA

Cláusula 69.^a

Direito ao complemento da pensão de sobrevivência

1. O direito ao complemento da pensão de sobrevivência é atribuído nos termos das cláusulas seguintes, aos familiares dos trabalhadores da Empresa que hajam satisfeito as condições previstas na cláusula 49.^a e nos números 1 e 2 da cláusula 50.^a e se encontrem a ela vinculados à data da sua morte.
2. Têm direito ao complemento da pensão de sobrevivência o cônjuge sobrevivente ou pessoa que se encontre em união de fato com o trabalhador, os filhos do trabalhador e outros beneficiários, nos termos e condições estabelecidos pelo regime da Segurança Social.

Cláusula 70.^a

Cálculo do complemento da pensão de sobrevivência

1. O montante do complemento da pensão de sobrevivência será o que resultar da aplicação das percentagens fixadas no número seguinte à pensão de reforma que o trabalhador recebia ou teria direito a receber se fosse reformado na data da sua morte.
2. As percentagens a que se refere o número anterior são as seguintes:
 - a) Para o cônjuge sobrevivente ou equiparado, 60%;
 - b) Para os filhos, quando concorram com o cônjuge sobrevivente ou equiparado, 20%, 30% ou 40% consoante sejam 1, 2 ou mais de 2;
 - c) Para os filhos, quando não concorram com o cônjuge sobrevivente ou equiparado, o dobro das percentagens referidas na alínea anterior;
 - d) Para os demais beneficiários, as previstas no regime da Segurança Social.

Cláusula 71.^a
Regime subsidiário

1. É aplicável a este complemento da pensão de sobrevivência o disposto nas cláusulas 57.^a a 60.^a.
2. O valor do complemento da pensão de sobrevivência será arredondado para o Euro superior.

Cláusula 72.^a
Extensão do benefício

A Empresa poderá, sempre que o entender conveniente, atribuir a pensão de sobrevivência a pessoas que não satisfaçam as condições definidas por este Capítulo.

CAPÍTULO XIV

**SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL PARA REFORMADOS POR VELHICE
E INVALIDEZ E TITULARES DE PENSÕES DE SOBREVIVÊNCIA**

Cláusula 73.^a
**Subsídio de férias e de Natal para titulares de complementos de pensões de
reforma e sobrevivência**

1. A Empresa pagará aos trabalhadores que, nos termos dos Capítulos XI e XIII, sejam titulares do complemento de pensão de reforma de velhice ou invalidez ou de sobrevivência, um subsídio de férias e um subsídio de Natal de valor equivalente ao desse complemento.
2. Os subsídios referidos nesta cláusula serão pagos na data em que o forem os correspondentes subsídios dos trabalhadores no ativo.

CONTRATO CONSTITUTIVO DO FUNDO DE PENSÕES PETROGAL

ANEXO 2

Regulamento de Constituição e Funcionamento da Comissão de Acompanhamento dos Planos de Pensões (CAPP)

Artigo 1.º – Definição

A Comissão de Acompanhamento dos Planos de Pensões (adiante designada por CAPP) é o órgão através do qual o **Associado**, os **Participantes** e **Beneficiários** acompanham conjuntamente o cumprimento dos Planos de Pensões e a gestão do respetivo **Fundo de Pensões**.

Artigo 2.º – Composição e Mandato

1. A CAPP é composta por três membros efetivos e um suplente, dos quais dois membros efetivos serão designados pela Comissão Executiva do **Associado** e um efetivo e respetivo suplente serão representantes dos **Participantes** e **Beneficiários**, eleitos pelo universo global dos **Participantes** e **Beneficiários** do Fundo nos termos da lei e dos presentes estatutos
2. Caso o representante dos **Participantes** e **Beneficiários** renuncie ao seu cargo ou, por qualquer outra razão, deixe de ter condições para exercê-lo, deverá ser substituído pelo seu suplente.
3. O suplente apenas substitui o membro efetivo nos impedimentos definitivos deste.
4. Na situação prevista no número anterior, caso não haja suplente, a designação do representante faz-se nos termos previstos nos números 3. a 15. do Artigo 3.º e na legislação aplicável.
5. Quando, na sequência dos processos previstos nos números 3 a 15. do Artigo 3.º, não sejam designados os representantes dos **Participantes** e **Beneficiários**, a CAPP funcionará com os representantes do **Associado**.
6. Caso qualquer dos representantes do **Associado** renuncie ao seu cargo ou deixe de ter condições para exercê-lo, a Comissão Executiva do **Associado** deverá prontamente indicar um novo representante. O **Associado** pode substituir livremente e em qualquer momento os membros por si designados.
7. O mandato dos membros da CAPP terá a duração de 3 (três) anos. Os membros podem ser redesignados ou reeleitos, não existindo qualquer limitação quanto ao número de mandatos. A substituição intercalar de qualquer membro é efetuada pelo tempo que faltar até ao termo do mandato que estiver em curso.
8. Os membros da CAPP manter-se-ão em funções até à designação ou eleição de novos membros, mas por período não superior a 6 (seis) meses após o termo do respetivo mandato.
9. Os membros da CAPP não podem exercer funções, seja de que tipo for, ou ter interesse, direto ou indireto, em qualquer entidade externa ao **Associado** que, a qualquer título, venha a intervir na gestão ou fiscalização do Fundo de Pensões,

podendo ser destituídos pelo **Associado** com fundamento na referida incompatibilidade.

Artigo 3.º – Nomeação dos Membros da CAPP

1. O **Associado** desenvolverá os melhores esforços para promover a nomeação dos seus representantes na CAPP.
2. Os representantes do **Associado** devem ser designados no prazo de 20 (vinte) dias a contar da comunicação que para o efeito lhes for dirigida pela Entidade Gestora do Fundo, sendo comunicada a sua identidade e morada a esta última nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva designação.
3. O **Associado** desenvolverá os melhores esforços para promover a eleição atempada dos representantes dos **Participantes** e **Beneficiários** na CAPP para cada mandato:
 - (a) Prestando toda a informação relevante acerca dos **Planos de Pensões**, do **Fundo de Pensões** e da CAPP aos **Participantes** e **Beneficiários**;
 - (b) Prestando todos os meios materiais e logísticos para a realização da referida eleição;
 - (c) Promovendo o ato eleitoral, nos termos dos números seguintes, e suportando as despesas gerais com a respetiva realização.
4. A eleição dos representantes dos **Participantes** e **Beneficiários** na CAPP será feita com respeito pelos seguintes princípios:
 - (a) A cada **Participante** e **Beneficiário** do Fundo corresponderá um voto;
 - (b) O voto será livre, pessoal e secreto.
5. O **Associado** promoverá o processo eleitoral no prazo de 10 (dez) dias a contar da comunicação que para o efeito lhe for dirigida pela Entidade Gestora do Fundo de Pensões.
6. Têm capacidade eleitoral ativa todos os **Participantes** e **Beneficiários** do Fundo.
7. O período eleitoral inicia-se com a marcação do processo eleitoral, devendo, a partir deste mesmo dia, o **Associado** manter à disposição dos eleitores a lista com todos os **Participantes** e **Beneficiários** do Fundo de Pensões.
8. A marcação das eleições deverá ser divulgada junto dos **Participantes** e **Beneficiários**, de modo a tornar público o ato eleitoral, designadamente o prazo e condições para apresentação de candidaturas, os serviços do **Associado** onde estas deverão ser apresentadas e o local, horário e meios da votação (que poderá ser por correspondência), bem como, o número de votos expressos necessários à validade da mesma. Os **Beneficiários**, por não serem trabalhadores no ativo do **Associado**, serão avisados por carta simples expedida para a sua morada.
9. Cada candidatura deverá conter a identificação do candidato.
10. O prazo para apresentação das candidaturas inicia-se no dia da publicitação do processo eleitoral, devendo aquelas ser apresentadas por escrito, e assinadas pelos candidatos, junto dos serviços do **Associado** que este vier a indicar, até ao décimo quinto dia posterior ao daquela publicitação.
11. As candidaturas serão afixadas em lugar apropriado e anunciadas em meios de informação interna, de modo a serem conhecidas pelos **Participantes** e **Beneficiários**.

12. O quórum necessário para a validade dos resultados eleitorais corresponde à maioria dos **Participantes e Beneficiários**. Caso não se verifique quórum na primeira eleição, proceder-se-á à segunda eleição, cujos resultados serão válidos independentemente do número de **Participantes e Beneficiários** que tiverem votado.
13. O candidato que obtiver maior número de votos preenche o lugar de membro efetivo da CAPP e o candidato que obtiver um número de votos imediatamente a seguir preenche o lugar de suplente.
14. Com respeito pelo previsto no presente documento, a Comissão Executiva do **Associado** poderá fixar um regulamento eleitoral, cabendo-lhe ainda o poder de, em caso de dúvida ou omissão, interpretar e preencher eventuais lacunas que possam suscitar-se no âmbito do regime de eleição dos representantes dos **Participantes e Beneficiários** na CAPP.
15. Quando a designação dos representantes dos **Participantes e Beneficiários** não seja possível por ausência de candidatos, tal facto deverá ser comunicado por escrito pelo **Associado** à **Entidade Gestora** do Fundo de Pensões num prazo máximo de 5 (cinco) dias após o término do prazo para apresentação das candidaturas, devendo então a Entidade Gestora, nos 5 (cinco) dias subsequentes, notificar a Comissão de Trabalhadores do Associado para designar os representantes dos **Participantes e Beneficiários** do Fundo na CAPP, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data da comunicação recebida da **Entidade Gestora**, sendo comunicada a sua identidade e morada a esta última nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva designação, e prosseguir os demais trâmites legalmente previstos. Na falta de Comissão de Trabalhadores ou caso esta não proceda a tal designação no prazo estabelecido, a **Entidade Gestora** deverá, nos 5 (cinco) dias subsequentes, notificar as associações sindicais subscritor(as) da(s) convenção(ões) colectiva(s) de trabalho da qual resulte(m) o Plano de Pensões, a designar os representantes, nos termos entre si acordados, dos **Participantes e Beneficiários** do Fundo na CAPP, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data da comunicação recebida da Entidade Gestora, sendo comunicada a sua identidade e morada a esta última nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva designação, e prosseguir os demais trâmites legalmente previstos.

Artigo 4.º – Regras de Funcionamento da CAPP

1. O presidente da CAPP será nomeado pelo **Associado** de entre um dos representantes por si designados.
2. Cada membro da CAPP dispõe de um voto e o presidente terá voto de qualidade nas deliberações.
3. A CAPP reúne em reuniões ordinárias com periodicidade semestral, e sempre que for convocada pelo seu presidente, pelos outros dois membros, pelo **Associado** ou pela **Entidade Gestora**. A convocatória para as reuniões será realizada através de comunicação escrita ou eletrónica, com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência, a qual deverá indicar o local, dia e hora da reunião e a respetiva ordem de trabalhos, com a indicação, quando seja o caso, dos documentos que se destinam a ser apreciados na reunião e do local em que os mesmos se encontram disponíveis.

4. A CAPP não pode deliberar sem que esteja presente ou representada ou participe por voto escrito a maioria dos seus membros e que um deles seja o representante dos **Participantes e Beneficiários**.
5. As deliberações da CAPP são tomadas por maioria dos votos dos membros presentes ou representados e dos que votem por correspondência.
6. De cada reunião da CAPP deve ser lavrada uma ata. Nas deliberações em que existam eventuais votos contra, estes devem ser registados em ata com a indicação da respetiva fundamentação. O presidente da CAPP pode designar um Secretário para o assessorar na preparação das reuniões, envio de comunicações e elaboração de minutas de atas.
7. A CAPP poderá elaborar um regulamento com as suas regras internas de funcionamento, que não deverá contrariar o disposto no presente documento.
8. A representação nas reuniões e votações só é permitida entre membros da CAPP em efetividade de funções.

Artigo 5.º – Atividades da CAPP

1. Dever de Diligência da CAPP

No exercício das suas funções, a CAPP deverá:

- (a) Atuar de boa fé e no interesse geral dos **Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões**;
- (b) Atuar com diligência e prudência na fiscalização da Política de Investimento do **Fundo de Pensões**, tendo especial atenção ao nível de risco envolvido e à diversificação das aplicações;
- (c) Obter aconselhamento de profissionais reputados nas áreas em que não disponha dos conhecimentos adequados.

2. Funções gerais da CAPP

Compete à CAPP:

- (a) Verificar o cumprimento dos **Planos de Pensões do Associado** e as disposições aplicáveis à gestão do fundo;
- (b) Verificar a implementação da Política de Investimento e o financiamento das responsabilidades do **Plano de Pensões de Benefício Definido**;
- (c) Verificar o cumprimento dos deveres de informação aos **Participantes e Beneficiários**;

3. Funções especiais da CAPP

Compete à CAPP emitir parecer prévio não vinculativo por escrito sobre:

- (a) Alterações relevantes ao **Contrato Constitutivo** do fundo;
- (b) Cessação ou alteração do(s) **Contrato(s) de Gestão**;
- (c) Transferência da gestão do **Fundo de Pensões** de uma entidade gestora para outra entidade gestora;
- (d) Extinção do **Fundo de Pensões**;
- (e) Pedidos de devolução ao **Associado** de excesso de financiamento;
- (f) Propostas da entidade gestora para a nomeação do Atuário Responsável pelo **Plano de Pensões de Benefício Definido** e do Revisor Oficial de Contas do fundo.

4. Compete ainda à CAPP:

- (a) Elaborar propostas sobre as matérias referidas nos pontos anteriores;
- (b) Solicitar à entidade gestora e à entidade depositária a documentação e informação considerada necessária para o exercício pleno das suas funções, sem prejuízo dos deveres de disponibilização de informação pela **Entidade Gestora** previstos no artigo 6.º e na legislação aplicável;
- (c) Colaborar com o **Associado** e a Comissão de Trabalhadores ou Associações Sindicais, quando seja o caso, na promoção e organização de eleições para os seus membros, quando necessário;
- (d) Elaborar um Relatório Anual sobre as atividades desenvolvidas que será disponibilizado para consulta, quando solicitado, aos **Participantes** e **Beneficiários**.

5. A CAPP dispõe de um prazo de 10 (dez) dias úteis, ou de 20 (vinte) dias úteis sempre que a complexidade das matérias a analisar o justificar, para a elaboração e votação dos pareceres referidos no número 3 do presente artigo. Caso este prazo não seja cumprido, considerar-se-á tacitamente que o parecer foi emitido e votado favoravelmente ao projeto ou pedido que lhe tiver sido submetido pelo **Associado** ou pela **Entidade Gestora**.

6. Sem prejuízo da informação que nos termos da lei deva ser prestada por outras entidades, a CAPP deverá informar os **Participantes** e **Beneficiários**, sempre que solicitado, sobre os **Planos de Pensões** e suas posteriores alterações, bem como facultar toda a informação necessária à efetiva compreensão do Plano e demais informação relativa à atividade da CAPP.

Artigo 6.º - Informação e Confidencialidade

- 1. Sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo anterior, a entidade gestora faculta anualmente à CAPP cópia do Relatório e Contas anuais do **Fundo de Pensões**, bem como dos relatórios do atuário responsável e do revisor oficial de contas elaborados no âmbito das respetivas funções, e a demais documentação prevista na lei.
- 2. Os membros da CAPP estão vinculados a um dever de sigilo e confidencialidade relativamente à atividade da CAPP e a todas as informações a que tenham acesso por causa e em função do exercício das suas funções, salvo se as mesmas já forem do conhecimento público e sem prejuízo da divulgação necessária ao exercício da atividade da CAPP ou em cumprimento de um dever legal ou de decisão judicial.

Artigo 7.º - Despesas da CAPP

- 1. As despesas inerentes à representação dos membros na CAPP são assumidas pelo Associado, exceto quando os representantes dos Participantes e Beneficiários resultarem de designação da Comissão de Trabalhadores ou das Associações Sindicais, caso em que tais despesas serão assumidas pelo **Associado** e pela

Comissão de Trabalhadores ou Associações Sindicais, consoante o caso, relativamente aos membros por cada uma designados.

2. As despesas de funcionamento da CAPP são suportadas nos termos que por ela forem estabelecidos.
3. De forma a poder exercer as suas funções de forma eficiente, a CAPP poderá recorrer a serviços de empresas especializadas nas matérias a analisar, sendo as despesas relativas a estes serviços assumidas nos termos estabelecidos pelos membros da comissão.
4. Nenhuma despesa poderá, contudo, ser imputada ao **Fundo de Pensões**.
5. As despesas referidas nos números 1. e 2. do presente Artigo não podem pôr em causa o cumprimento dos objetivos e funções da CAPP estabelecidos na legislação em vigor.

Artigo 8.º – Disposição Transitória

No prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data em que os Planos de Pensões contem com mais de 100 (cem) membros (Participantes e/ou Beneficiários), a **Entidade Gestora** informará os **Participantes** e **Beneficiários** das regras de designação e representação dos membros da CAPP e das funções, composição e regras e funcionamento dessa comissão e solicitará ao **Associado** a designação dos respetivos representantes e a promoção da eleição dos representantes dos **Participantes** e **Beneficiários** na CAPP.

Artigo 9.º – Demais Legislação

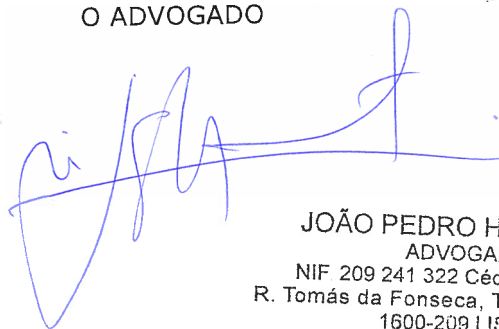
Em tudo o que não estiver fixado neste articulado aplicar-se-á a demais legislação em vigor sobre a CAPP.

RECONHECIMENTO DE ASSINATURA COM MENÇÕES ESPECIAIS POR SEMELHANÇA

João Pedro Honorato, com escritório na Rua Tomás da Fonseca, Torre A - 13º Andar, em Lisboa, titular da cédula profissional n.º 20303L, contribuinte fiscal n.º 209241322, reconheço, nos termos e ao abrigo do artº. 38º. do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, as assinaturas apostas no documento que antecede de Carlos Nuno Gomes da Silva, em face do Cartão de Cidadão da República Portuguesa n.º 07275578, válido até 29-10-2018, e de Filipe Quintin Crisóstomo Silva, em face do Cartão de Cidadão da República Portuguesa n.º 06897270, válido até 10-03-2019, que me foram exibidos e restituí, assinaturas essas realizadas, com poderes para o presente ato, na qualidade de administradores da sociedade Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob número único de matrícula e pessoa coletiva 500697370, conforme verifiquei hoje, pelo acesso *online* à certidão permanente através do código 0147-1050-2411. _____

Ato registado no sistema de registo *online* dos atos dos advogados, nos termos da Portaria n.º 657-B/2006 de 29 de Junho, com o n.º 20303L/ 240. _____
Lisboa, 1 de Fevereiro de 2018.

O ADVOGADO



JOÃO PEDRO HONORATO
ADVOGADO
NIF 209 241 322 Céd. Prof. 20303L
R. Tomás da Fonseca, Torre A, 13º Andar
1600-209 LISBOA
Tel.. 21 724 07 26 Fax. 21 724 29 24
e-mail: jhonorato@galpennergia.com

NOTA: Isento de custos e honorários.



ORDEM DOS ADVOGADOS

REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS

Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03

Portaria n.º 657-B/2006, de 29-06

Dr.(a) João Pedro Honorato

CÉDULA PROFISSIONAL: 20303L

IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO

Reconhecimento com menções especiais por semelhança

IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.

NIPC n.º 500697370

OBSERVAÇÕES

Reconheço as assinaturas apostas no documento que antecede de Carlos Nuno Gomes da Silva, em face do Cartão de Cidadão da República Portuguesa n.º 07275578, válido até 29-10-2018, e de Filipe Quintin Crisóstomo Silva, em face do Cartão de Cidadão da República Portuguesa n.º 06897270, válido até 10-03-2019, que me foram exibidos e restituí, assinaturas essas realizadas, com poderes para o presente ato, na qualidade de administradores da sociedade Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob número único de matrícula e pessoa coletiva 500697370, conforme verifiquei hoje, pelo acesso online à certidão permanente através do código 0147-1050-2411.

EXECUTADO A: 2018-02-01 12:48

REGISTADO A: 2018-02-01 12:48

COM O Nº: 20303L/240

Poderá consultar este registo em <http://oa.pt/atos>
usando o código 27976310-107853

João Pereira de Albuquerque
Advogado

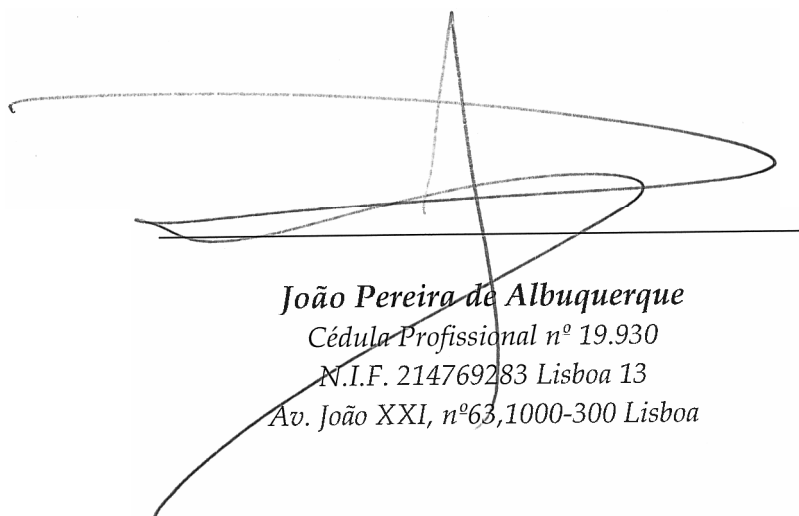
Reconhecimento de Assinatura

Nos termos do disposto no Artigo 38º do Decreto – Lei n.º 76 – A/2006, de 29 de Março alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de Janeiro e da Portaria n.º 657-B/2006, de 29 de Junho

REGISTO N.º 19930L/4235

Reconheço as assinaturas efetuadas no documento que antecede de **José João de Castro Avelar Froes**, cuja identidade verifiquei pela exibição do Cartão de Cidadão n.º 06009581, válido até 11/07/2021 e de **Rita Maria Canavarro Cid Neves e Castro do Monte Pegado**, cuja identidade verifiquei pela exibição do Cartão de Cidadão n.º 11202822, válido até 27/03/2021, que outorgam na qualidade de Administrador e Procuradora, respetivamente, da sociedade denominada “**CGD PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.**”, com poderes para o ato, qualidades essas que verifiquei através da certidão permanente com o código de acesso 5063-7645-3219 e da Procuração de dezoito de janeiro do ano de dois mil e dezoito, elaborada no Cartório Notarial de Lisboa a cargo do Dr. Carlos Manuel da Silva Almeida, que consultei através do código PR-06203-55544-35381.

Lisboa, 02 de fevereiro de 2018



João Pereira de Albuquerque
Cédula Profissional n.º 19.930
N.I.F. 214769283 Lisboa 13
Av. João XXI, n.º 63, 1000-300 Lisboa

**REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS**

Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03
Portaria n.º 657-B/2006, de 29-06

Dr.(a) João Pereira de Albuquerque

CÉDULA PROFISSIONAL: 19930L

IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO

Reconhecimento com menções especiais por semelhança

IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

CGD PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE
PENSÕES, S.A.
NIPC nº. 502777460

OBSERVAÇÕES

GRATUITO

EXECUTADO A: 2018-02-02 15:00

REGISTADO A: 2018-02-02 15:01

COM O Nº: 19930L/4235

Poderá consultar este registo em <https://oa.pt/validar.php?id=27987642+082905>.**JOÃO PEREIRA DE ALBUQUERQUE**
Advogado

CP 19930-L | NIF 214769283-3263
Avenida João XXI, 63, 1000-300 Lisboa
Tlf: 217905450 | Fax 217905474
joao.pereira.albuquerque@egd.pt